

O CONCEITO DE GRAMÁTICA NA OBRA DE JOÃO DE BARROS (1540) À LUZ DA HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA

Leonardo Ferreira Kaltner (UFF)

leonardokaltner@id.uff.br

RESUMO

A partir do modelo teórico-metodológico e da terminologia adotados por Pierre Swiggers (2013), no campo da Historiografia Linguística (HL), teceremos uma análise do conceito de gramática na obra *Gramática da língua portuguesa* (1540), de João de Barros, Disponível em: versão digital na Biblioteca Nacional de Portugal. A tradição gramatical latino-portuguesa em que a obra de João de Barros se inscreve está vinculada ao desenvolvimento da educação humanística em Portugal, no contexto da Renascença, momento em que a escrita em vernáculo ganha notoriedade e prestígio intelectual. Nosso tema será a análise do primeiro capítulo da obra que contém uma definição do metatermo gramática, a partir do qual investigamos o vínculo do pensamento linguístico do autor com a tradição gramatical greco-latina, que o precedeu.

Palavras-chave:

Gramaticografia. Historiografia Linguística. Línguas Clássicas.

ABSTRACT

Based on the theoretical-methodological model and terminology adopted by Pierre Swiggers (2013), in the field of Linguistic Historiography (LH), I will weave an analysis of the concept of grammar in the work *Grammar of the Portuguese language* (1540) by João de Barros, available at digital version at the National Library of Portugal. The Latin-Portuguese grammatical tradition in which João de Barros's work is inscribed is linked to the development of humanistic education in Portugal, in the context of the Renaissance, a time when vernacular writing gains notoriety and intellectual prestige. Our theme will be the analysis of the first chapter of the work, which contains a definition of the grammar meta-term, from which we investigate the link between the author's linguistic thought and the Greek-Latin grammatical tradition, which preceded it.

Keywords:

Gramaticography. Linguistic Historiography. Classical Languages.

1. Introdução

O presente artigo se situa no campo teórico-metodológico da Historiografia Linguística (HL), a partir do emprego da terminologia desenvolvida por Pierre Swiggers (2013), a fim de descrever a História da

Gramática, ou Gramaticografia³¹⁴, pela análise do conceito de gramática na obra quinhentista de João de Barros. Nesse aspecto, cumpre salientar que a gramatização do vernáculo português por João de Barros no século XVI teve profundo impacto na difusão da língua portuguesa, o que marca o clima intelectual da expansão do vernáculo nas navegações da época. O fenômeno da História da Linguística é objeto de investigação interdisciplinar, cuja análise depende de fatores internos e externos, e de modelo teórico adequado, conforme cita Koerner, na revista inaugural da disciplina de HL, em 1974:

I strongly believe that a fourth type of history-writing should be established, namely, the presentation of our linguistic past as an integral part of the discipline itself and, at the same time, as an activity founded on well-defined principles which can rival those of 'normal science' (Kuhn) itself with regard to soundness of method and rigour of application. I do not advocate that the history of linguistics should become solely subservient to the discipline, but that it would have to establish itself as serving a function comparable to that of the history of science for the natural scientist (KOERNER, 1974, p. 4)³¹⁵

João de Barros (1496–1570) foi autor de três obras gramaticais em Portugal, no século XVI, os *Rudimenta Grammatices* (Rudimentos de gramática latina), manuscrito com rudimentos da gramática latina, a *Cartinha com os preceitos e mandamentos da Santa Igreja*, cartilha de alfabetização latino-portuguesa, e a *Gramática da língua portuguesa* de 1540, uma das principais obras para a expansão da língua nos domínios ultramarinos da coroa absolutista do reino lusitano de então. A reflexão historiográfica sobre a sua obra nos permite, atualmente, analisar fenômenos de longa continuidade no processo histórico, como o uso do alfabeto latino na língua portuguesa e o processo de letramento, adotado no século XVI, por exemplo, além do clima intelectual de sua época.

³¹⁴ Saussure divide a História da Linguística em três fases: Gramática, Filologia e Linguística (SAUSSURE, 2012, p. 31-6). Koerner (1974) acrescenta que todos os textos com reflexões sobre a Linguagem compõem a História da Linguística.

³¹⁵ Tradução: Acredito fortemente que um quarto tipo de escrita da história deve ser estabelecido, a saber, a apresentação de nosso passado linguístico como parte integrante da própria disciplina e, ao mesmo tempo, como uma atividade fundada em princípios bem definidos que podem rivalizar com os da própria "ciência normal" (Kuhn), no que diz respeito à solidez do método e ao rigor de aplicação. Não defendo que a história da linguística deva se tornar apenas subserviente à disciplina, mas que teria que se estabelecer como que servindo a uma função comparável à da história da ciência para o cientista natural.

A tradição gramatical latino-portuguesa quinhentista permitiu que o vernáculo passasse a ser utilizado na administração de um reino absolutista, que se tornava mais complexo, com novas possessões ultramarinas que fomentavam um comércio intrincado e globalizado pelas navegações. A obra gramatical prescritiva de João de Barros simplificava e organizava a escrita vernácula, tornando-a eficiente para a sua difusão, podendo ser considerado seu método gramatical como produto da educação humanística e renascentista portuguesa. Por fim, nesse período, a língua literária se desenvolve.

Não há, em sua obra, as polêmicas e controvérsias dos nominalistas e das gramáticas especulativas, como na de Fernão de Oliveira, enquanto a tradição gramatical greco-romana serve de suporte para a adequação de metatermos em língua vernacular. É possível tecermos uma intertextualidade com a obra de Nebrija, porém, como era costume no século XVI, não há uma citação direta de outros gramáticos contemporâneos, apenas de autores clássicos e as fontes de João de Barros só podem ser investigadas indiretamente.

2. O conceito de gramática para João de Barros

Encontramos, na obra de João de Barros, uma definição de gramática e as suas partes, no primeiro capítulo da gramática vernacular de 1540. João de Barros parte de uma definição etimológica de que o metatermo gramática é um empréstimo da língua grega, é, portanto, um vocábulo grego adotado como neologismo vernacular. Em sua interpretação do sentido do vocábulo, atribui a noção de que gramática é a ciência das letras, isto é, é a arte, a técnica de ler e escrever, a partir de um sistema de escrita, cuja unidade fundamental é a letra. Nesse aspecto, prescreve o sistema de escrita latino para o vernáculo, em sua divisão de letras, sílabas, palavras e orações.

Sem citar, diretamente, outros gramáticos, afirma João de Barros que a gramática é um modo certo e justo de falar, e escrever, retirado do uso e autoridade dos homens eruditos. Nesse aspecto, a gramática apresenta um *modus dicendi* (modo de dizer) que é qualificado como certo e justo, isto é, se vincula à lógica clássica, pela busca do valor de verdade, e à justiça, oriundo da retórica clássica. Se pensarmos que em Portugal, no século XVI, o uso administrativo da língua vernacular se torna mais complexo, devido à expansão econômica e comercial pelas navegações, em uma sociedade antes predominantemente agrária, João de Barros

incorpora elementos da tradição greco-latina na língua vernacular, a fim de adequar à língua para a administração e o direito.

A lógica aristotélica e o direito romano estão subentendidos no modo certo e justo de falar. Note-se que a fala nesse contexto se vincula à retórica humanística e clássica, a oratória na vida pública, de que derivaria a escrita para a administração e o direito público. João de Barros ainda comenta que a gramática deve colher do uso, na sociedade, e da autoridade dos homens eruditos seu *modus dicendi*. Os termos colheita e cultivo, vinculados à tradição agrária, têm uma vinculação etimológica com cultura, em língua latina. Note-se que o uso (*usus*) é metatermo vinculado à comunidade linguística que forma o reino absolutista português de então, assim o gramático deve colher da comunidade linguística o *modus dicendi* da língua e equilibrar esse uso social da língua com a autoridade dos homens eruditos³¹⁶, aqueles que mantêm a tradição letrada, segundo o clima intelectual de João de Barros.

Dessa forma, a gramática é uma obra de intermediação, para a adoção de um sistema de escrita, pelo qual se organizariam as instituições educacionais, administrativas, comerciais e o ordenamento jurídico do reino absolutista, de então. João de Barros nota a dualidade acústico-visual do signo linguístico, conforme o pensamento aristotélico, no *De Interpretatione*, que descreve as palavras como um signo (em latim *signum*, em grego *symbolon*)³¹⁷ a que acresce uma imagem verbal, de maneira análoga à teoria estruturalista posterior de Saussure, como se apresentaria, em seus cursos fundacionais da Linguística moderna, a definição de signo linguístico (SAUSSURE, 2012). Vejamos o texto de João de Barros.

³¹⁶ Os barões doutos, doutores, são uma tradução do conceito latino de *virī docti*, o termo se refere aos humanistas no Renascimento, aos filósofos, poetas, gramáticos, oradores e filólogos da Antiguidade Clássica, aos teólogos medievais, que legaram à posteridade obras em uma tradição escrita greco-latina.

³¹⁷ Aristóteles define que os sons emitidos pela fala são o símbolo do pensamento, assim como as letras são símbolos dos sons da fala (ARISTÓTELES, 2010, p. 81-2). Essa seria uma das definições que derivaria no conceito de signo linguístico.

Imagem 1. Definição de gramática (BARROS, 1540, p. 7).

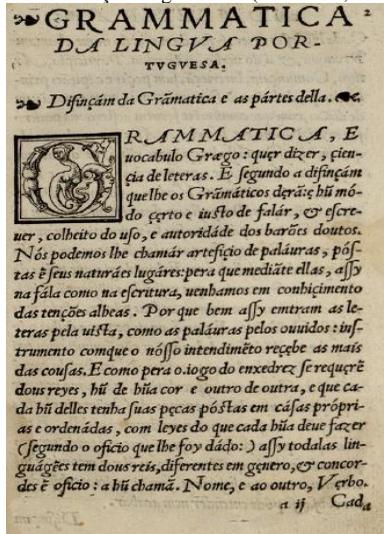
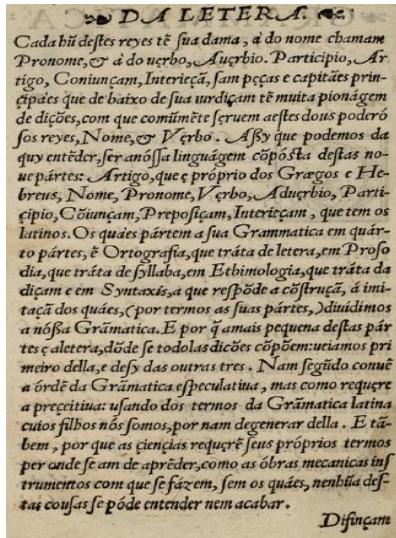


Imagem 1. Definição de gramática (BARROS, 1540, p. 8).



3. Gramática da língua portuguesa: definição da gramática e as partes dela (transcrição e adequação teórica)

Gramática é vocábulo grego, quer dizer, ciência das letras. E, segundo a definição que os gramáticos lhe deram, é um modo certo e justo de falar, e escrever, colhido do uso e autoridade dos homens eruditos. Nós a podemos chamar de artifício de palavras, postas em seus lugares naturais, para que mediante elas, assim na fala como na escrita, venhamos a ter conhecimento das intenções alheias. Pelo fato de que bem assim entram as letras pela visão, como as palavras pelos ouvidos, é um instrumento com que o nosso entendimento percebe grande parte das coisas.

E como para o jogo de xadrez se requerem dois reis, um de uma cor e outro de outra, e que cada um deles tenha suas peças postas em casas próprias e ordenadas, com as leis do que cada uma deve fazer, segundo o ofício que lhe foi dado, assim todas as linguagens têm dois reis, diferentes em gênero, e concordes em ofício, a um chamam Nome e, ao outro, Verbo. Cada um destes reis tem sua dama, a do nome chamam pronome, e a do verbo, advérbio. Particípio, Artigo, Conjunção, Interjeição são peças e capitães principais que debaixo de sua jurisdição têm muitos peões, de dições, ou palavras, com que comumente servem a estes dois poderosos reis, Nome e Verbo.

Assim é que podemos a partir daqui entender ser a nossa linguagem composta destas nove partes: artigo, que é próprio dos gregos e hebreus, nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição, interjeição, que têm os latinos. Os quais partem a sua gramática em quatro partes, em Ortografia, que trata da letra, em Prosódia, que trata da sílaba, em Etimologia, que trata da dicção, ou palavra, e em Sintaxe, a que responde a construção, à imitação dos quais, por termos as suas partes, dividimos a nossa gramática.

E porque a menor destas partes é a letra, de onde todas as dicções, ou palavras, se compõem, vejamos primeiro sobre ela, a partir disso, vejamos sobre as outras três, não segundo convém a ordem da gramática especulativa, mas como requer a preceptiva, usando os termos da gramática latina, cujos filhos somos nós, por não degenerar dela. E também, pelo fato de que as ciências requerem seus próprios termos, por onde se hão de aprender, como as obras mecânicas requerem instrumentos com que se façam as coisas, sem os quais, nenhuma destas coisas se pode entender, nem acabar.

4. O jogo de xadrez e a gramática: analogia entre sistemas

A analogia entre o sistema de regras do jogo de xadrez e a gramática é citada por Saussure (2012). Na obra quinhentista de João de Barros, essa alegoria também é referenciada, sobre o sistema gramatical de uma determinada língua. Os dois reis são o nome e o verbo. Essa dicotomia é herdada de Platão, *ónoma* e *rhema*, desenvolvida no pensamento aristotélico, na obra *De Interpretatione*, e fundamento da metalinguagem desde Dionísio, o Trácio, Donatus e outros gramáticos greco-latinos. João de Barros adota esta dicotomia na gramática vernacular da Língua Portuguesa também, inserindo-se em uma tradição na descrição das línguas vernaculares ocidentais, cujas gramáticas prescritivas renascentistas tiveram em Nebrija seu primeiro modelo.

Nesse sistema de xadrez, a alegoria representa as partes do discurso, isto é, as classes de palavras em que a escrita poderia ser dividida. Originalmente, em grego e latim eram oito as partes do discurso, diferindo apenas o latim do grego pelo fato de não possuir artigo e se valer da classe de interjeição, uma parte em que se dividia o discurso, o texto escrito. No sistema simbólico apresentado por João de Barros, as rainhas são o pronome, que acompanha o nome, e o advérbio, que acompanha o verbo.

As outras partes do discurso para a escrita vernacular, na metalinguagem quinhentista de João de Barros são: participípio, artigo, conjunção e interjeição, oriundos da descrição da língua grega e do latim. O artigo é considerado uma herança do hebraico e do grego, enquanto as demais partes derivam da gramática latina. Lembremos que João de Barros também foi autor de uma gramática de latim: *Rudimenta grammatices*.

Logo, o autor divide a gramática, a arte de escrever, em quatro partes, em um crescente quanto à forma mínima de representação da escrita: ortografia, que trata da letra; prosódia, que trata da sílaba; etimologia, que trata da palavra e sintaxe, que trata da construção oracional. A gramática prescritiva, relacionada à tradição letrada e à aquisição da escrita vernacular se origina, dessa forma, de uma tradição letrada anterior, de base latina. Nesse aspecto, cumpre salientar a oposição da gramática prescritiva em relação à gramática especulativa.

Por fim, uma última analogia na definição do conceito de gramática por João de Barros se dá pela comparação da gramática, uma das artes liberais, com as artes mecânicas, muito em voga em Portugal na época das navegações, tendo em vista a sua utilidade técnica. Para João

de Barros, que diferenciava ambas as ciências, as mecânicas e as não mecânicas; a gramática deveria, como ciência das letras, possuir terminologia própria, que serviria como instrumento para a descrição da língua e seu uso na fala e na escrita. Nesse sentido, a gramatização estaria próxima a uma geometrização da língua.

5. Conclusão

O uso administrativo do vernáculo, o uso jurídico e comercial, e a política missionária exigiriam uma tradição letrada que fosse fixa, para consolidar as instituições, e, seguindo o modelo de outros reinos absolutistas, em Portugal o vernáculo foi gramatizado pela gramática latina em contraste com o uso já corrente. João de Barros cumpriu a tarefa de iniciar esse processo, que culminaria na produção literária de autores como Camões e nos trabalhos lexicográficos de Jerônimo Cardoso, com o estabelecimento de uma cultura letrada que substituiria o latim medieval e a escrita fonética vernacular de Caminha, por exemplo.

O período de colonialismo, na “dilação da Fé e do Império”, permitiria uma expansão da língua vernacular nas possessões ultramarinas, inicialmente, na África e, posteriormente, na América portuguesa. Ainda que com o tempo a Língua Portuguesa tivesse grande variação e heterogeneidade, a sua escrita mantém longa continuidade, com o uso do sistema de escrita latino, a divisão de palavras na escrita e a sua classificação, com base na gramática latina, como a distinção entre sujeito e predicado, verbo e nome. Uma das discussões ainda em debate sobre a implantação da Língua Portuguesa no Brasil colônia é sobre o uso da obra de João de Barros no ensino da língua no século XVI, tema que deve ocupar estudos posteriores³¹⁸.

³¹⁸ É digno de nota que o Brasil quinhentista se originou de um processo civilizatório inicial Tupinambá, com a migração Tupi para o litoral, cerca de X d.C., a que se acresceriam projetos coloniais interculturais europeus no século XVI, como o projeto hispano-caribó, o franco-tamoio e o luso-afro-tupi, que predominaria, após o estabelecimento do governo-geral em 1548. Os indígenas Aruaque, Caribe e Jê coexistiam com os Tupi, que eram maioria. O projeto colonial português se desenvolveu no século XVII pela União Ibérica, o que favoreceu a expansão jesuítica, à época da chegada da Inquisição no Brasil, na década de 1590. A Língua Portuguesa, como língua vernacular europeia, teria predominância apenas no século XVIII, após a expulsão dos jesuítas. O naturalista bávaro Carl Fr. Ph. von Martius, no século XIX, descreve a decadência do processo civilizatório Tupinambá, quando, após o final da colonização, o Brasil se projeta enquanto Estado

A distinção inicial da gramática entre nome e verbo, desde a concepção platônica, se mantém até os dias de hoje, assim como as dicotomias entre vogal e consoante, no sistema de letras, conceitos gregos como sílaba, prosódia e sintaxe ainda compõem a tradição gramatical vernacular, sendo técnicas de descrição e análise longevas e contínuas. Nesse aspecto, cumpre salientar que a tradição gramatical, como arte da escrita, e mesmo de uma fala institucionalizada ainda é corrente nas instituições da administração, do direito, do comércio e na educação linguística.

Nossas sociedades contemporâneas se organizaram em torno de sistemas de escrita, o que os gregos chamavam de gramática, parte da *paideia*, da educação humanística, e João de Barros rotulou como ciência das letras. A gramática de João de Barros teve como prováveis leitores S. José de Anchieta e Luís de Camões, que estudaram no clima intelectual da Coimbra quinhentista. Nesse sentido, o valor documental da obra de João de Barros reflete o princípio da gramatização do vernáculo português, o que apresenta o clima intelectual da época em que a gramática de Anchieta foi produzida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. *Órganon*. São Paulo: Edipro, 2010.

BARROS, J. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Lodovicum Rotorigium, 1540.

KALTNER, L. F.; SILVA, S. C. S. Gramáticas e gramaticografia: uma análise pela Historiografia Linguística. *Revista Philologus*, v. 75 Supl, p. 1564-72, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2020.

_____. Monumenta Anchieta à luz da Historiografia Linguística: o trabalho filológico de Pe. Armando Cardoso, SJ (1906–2002). *Cadernos de Linguística da Abralin*, v. 1, p. 1-15, 2020.

_____. Por uma edição crítica da gramática de Anchieta (1595). *Revista Philologus*, v. 76 Supl, p. 717-31, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2020.

_____. Regna Brasillica: contextualização da Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil (1595). *Revista da Abralin*, v. 19, p. 1-25, 2020.

Nação ocidental. A Língua Portuguesa é contínua no território desde o século XVI, mas só se torna hegemônica tardiamente, e de forma heterogênea.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

_____; SANTOS, M. C. S. Schola Aquitanica e a gramática de Despauterius: intertextualidades. *Revista Philologus*, v. 76 Supl, p. 750-59, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2020.

_____. The Grammar Corpus in the Horizon of Retrospection of S. José de Anchieta, SJ (1534-1597). *Global Journal of HUMAN-SOCIAL SCIENCE: G Linguistics & Education*, v. 20, p. 37-44, 2020.

_____. As ideias linguísticas no discurso *De Liberalium Artium Studiis* (1548). *Revista Confluência*, v. 56, p. 197-217, Rio de Janeiro: UFF 2019.

_____; SANTOS, M. C. S.; TEIXEIRA, V. L. Gaspar da Índia: o língua e o Brasil quinhentista. *Revista Confluência*, v. 57, p. 9-35, Rio de Janeiro: UFF, 2019.

_____. O Brasil quinhentista e a Historiografia Linguística: interfaces. *Cadernos do CNLF*, v. 23, p. 424-39, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2019.

KOERNER, K. Purpose and scope oh Historiographia Linguistica. *Historiographia Linguistica*, v. 1, n. 1, p. 1-10.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2012.

SWIGGERS, P. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. *Revista Confluência*; n. 44-45, p. 39-59, Rio de Janeiro: UFF, 2013.